

10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política

Cultura Política e Democracia

**EFEITOS DO ATIVISMO RELIGIOSO NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE BRASILEIROS
E ARGENTINOS**

Alice Vila Nova Procopiuk Walter
Universidade Federal do Paraná

Belo Horizonte

30 de agosto a 02 de setembro de 2016

Resumo

Países da América Latina passam atualmente por um momento de expressão pública do religioso. Apesar de diferentes segmentos religiosos dessa região terem, inicialmente, tratado o espaço político como um lugar alheio ao compromisso religioso, nas décadas de 1970 e 1980 começou-se a perceber a movimentação da religião em direção à política. Tal movimentação contribuiu para uma politização do catolicismo e do protestantismo histórico latino-americanos, que passaram a assumir um novo posicionamento frente ao papel da religião na sociedade e na política, produzindo inclusive mudanças na participação política eleitoral dos indivíduos.

Diante disso, diversos pesquisadores latino-americanos das Ciências Sociais se propuseram a analisar tanto os candidatos que instrumentalizam eleitoralmente sua religiosidade quanto a busca dos candidatos que se identificam como laicos pelo apoio eleitoral de autoridades eclesiásticas e organizações religiosas. O foco das discussões contudo, está voltado quase que inteiramente, para a inserção dos grupos religiosos, principalmente dos evangélicos, na participação eleitoral.

Tendo em vista essa interface entre o religioso e o político, o presente artigo expõe resultados de pesquisa sobre as relações entre religião e o comportamento político individual no Brasil e na Argentina. Temos como hipótese que entre os religiosos o ativismo religioso ou o status de praticante eleva o envolvimento em diferentes modalidades, mas de maneira diferente entre católicos e evangélicos (protestantes tradicionais e evangélicos pentecostais). Os resultados indicam que o ativismo religioso, ou o status de participante, eleva as chances de um indivíduo agir politicamente através de diferentes canais de engajamento cívico.

Palavras-chave: Participação. Religião. Brasil. Argentina.

Efeitos do Ativismo Religioso na Participação Política de Brasileiros e Argentinos

Alice Vila Nova Procopiuk Walter¹

A América Latina é marcada por sua colonização católica, uma vez que os exploradores aqui chegados tinham o intuito não apenas de conquistar riquezas naturais e econômicas, como também de encontrar o paraíso terrestre e de expandir o catolicismo. Isso fez com que, durante muitas décadas, o catolicismo fosse tido como religião oficial destes países. Contudo, nos últimos tempos um pluralismo religioso começou a torna-se cada vez mais evidente, apontando para uma heterogeneidade nas relações entre religião e política, Igreja e Estado (ORO, URETA, 2007).

Tal pluralidade contribuiu para o atual momento de expressão pública do religioso que vimos na América Latina. Apesar de diferentes segmentos religiosos dessa região terem, inicialmente, tratado o espaço político como um lugar alheio ao compromisso religioso, nas décadas de 1970 e 1980 começou-se a perceber a movimentação da religião em direção à política. Tal movimentação contribuiu para uma politização do catolicismo e do protestantismo histórico latino-americanos, que passaram a assumir um novo posicionamento frente ao papel da religião na sociedade e na política, produzindo inclusive mudanças na participação política eleitoral dos indivíduos.

Diante disso, diversos pesquisadores latino-americanos das Ciências Sociais se propuseram a analisar a relação entre religião e política, contudo, o foco das discussões, predominantemente sociológicas, está voltado quase que inteiramente para a explosão evangélica e sua relação com os movimentos sociais e a participação eleitoral (CARBONELLI, 2011, 2015; GUIGOU, 2006; RIVERA, 2006; WYNARCZKYK, 2006, 2007). Haja vista que a participação foi e é um dos grandes temas abordados por várias teorias democráticas contemporâneas, já que é uma das características mais centrais da democracia, tais pesquisas mostram-se extremamente relevantes. Contudo, se quisermos entender a presença da religião no cenário político precisamos expandir nossas pesquisas para além da urna, uma vez que o voto não é a única forma de participação política dentro do sistema democrático.

Tendo em vista essa interface entre o religioso e o político, o presente artigo expõe resultados parciais de pesquisa sobre os efeitos da participação religiosa em algumas modalidades específicas de ativismo político no Brasil e na Argentina, tomando como

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – PGCP/UFPR. Email: alice14@gmail.com. Pesquisa financiada pela CAPES.

material empírico os dados produzidos pelo Projeto de Opinião Pública da América Latina (LAPOP) de 2012.

Ao nos debruçarmos sobre a América Latina, observamos que as experiências históricas de cada país apresentam diferentes níveis de secularização e de indicadores de laicidade (CARBONELLI; MOSQUEIRA; FELITTI, 2011). Para esse artigo decidimos, então, escolher dois países, Brasil e Argentina, cujos regimes de relação Estado-religião se diferenciam e seus níveis de laicidade se encontram em patamares diferentes. Na Argentina vigora até hoje o regime de Igreja Estado, no qual o culto Católico apostólico romano é estabelecido constitucionalmente como o culto do Governo Federal. Apesar da reforma constitucional ter eliminado a cláusula segundo a qual o presidente da República deveria ser católico, conservou a opção constitucional da nação pela Igreja Católica. Já o Brasil adota um regime oposto, aderindo à separação Igreja-Estado, no qual é sustentada legalmente a liberdade e igualdade de culto (ORO, URETA, 2007).

Apesar destas diferenças, segundo Burity (2011), os dois países vivenciam uma transformação profunda na relação entre religião e Estado, uma vez que a explosão evangélica trouxe à tona demandas mais amplas para o reconhecimento de minorias religiosas até então desconsideradas. Tendo em vista a colonização católica e a grande expansão evangélica, buscamos identificar não apenas quais os efeitos da religião no comportamento político dos brasileiros e argentinos, como também se existem semelhanças ou diferenças entre os dois grupos religiosos aqui estudados, quais sejam católicos e evangélicos.

O presente artigo expõe, então, os principais resultados dessa investigação e, para tanto, está dividido em quatro partes, além dessa introdução: na primeira revisamos rapidamente a literatura que trata da relação entre comportamento político e instituições religiosas, dando destaque ao modelo do Voluntarismo Cívico de Sidney Verba, Kay L. Schlozman e Henry E. Brady (1995); na segunda, apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa; na sequência são apresentados e discutidos os resultados encontrados; por fim, tecemos algumas considerações finais acerca dos achados da pesquisa.

Comportamento político e instituições religiosas

Diversos autores se propuseram a discutir a questão da presença da religião na esfera pública, porém, como nossa intenção neste artigo é analisar a relação entre instituições religiosas e participação política não pretendemos aqui fazer um longo inventário sobre a literatura politológica que se dedica a interface religião/política, de modo que

focalizamos apenas as pesquisas acerca da influência das instituições religiosas na formação, mobilização e engajamento político dos indivíduos.

Dentre os pesquisadores mais conhecidos e citados encontram-se Sidney Verba, Kay L. Schlozman e Henry E. Brady. Esses autores possuem diversos textos que abordam a relação religião/política, dentre eles, *Voice and Equality* (1995), no qual desenvolvem o Modelo de Voluntarismo Cívico com a finalidade de explicar a participação política. Buscando entender o impacto organizacional da igreja no engajamento político dos americanos, os autores destacam o papel dessa instituição no desenvolvimento de habilidades cívicas, definidas como capacidades organizacionais e comunicacionais que permitem o engajamento em atividades nas quais as pessoas podem expressar sua voz no processo político. Tais habilidades seriam recursos que facilitariam a participação política, quando empregadas em favor de suas causas.

As igrejas, instituições não políticas da vida adulta, promoveriam a chance de praticar tais habilidades, isto é, seriam lugares nos quais os cidadãos podem desenvolver características que poderiam torna-los ativos politicamente. Segundo Verba, Schlozman e Brady (1995) a filiação religiosa tem como diferencial o fato de não ser estratificada por renda, etnia ou gênero, o que permite que a divisão de oportunidades para o desenvolvimento de habilidades cívicas seja relativamente igual entre os seus membros. Assim, devido a essa distribuição de oportunidades, as instituições religiosas parecem ter o potencial de reforçar os recursos políticos disponíveis aos cidadãos desprivilegiados.

Dado o papel significativo que as igrejas desempenham não apenas como instituições espirituais e sociais, mas também como geradoras de envolvimento político, os autores propõem-se a examinar a sua função entre os afro-americanos e latinos nos Estados Unidos. Dentre outros achados, encontraram que os afro-americanos são mais ativos que os latinos e os brancos na frequência às atividades da igreja; no tempo gasto em atividades educacionais, sociais e de caridade dentro da igreja; e na contribuição de fundos. Além disso, verificaram que os latinos apesar de possuírem um alto nível de frequência à igreja, possuem baixo nível de envolvimento em atividades educacionais, de caridade e sociais ligadas as suas igrejas, o que pode estar relacionado com o fato de serem mais propícios ao Catolicismo do que ao Protestantismo (Ibidem).

Segundo os autores, essas diferenças comportamentais podem estar ligadas à características organizacionais, já que as igrejas católicas e protestantes diferem em diversas dimensões. Essas últimas tendem a ser menores; a maioria das suas denominações permite uma maior participação na liturgia; e em grande parte estão organizadas em bases congregacionais em vez de hierárquicas como as igrejas católicas. Para os autores, os dados encontrados entre os latinos nos Estados Unidos demonstram

que o tipo de igreja que o indivíduo faz parte afeta a aquisição de habilidades cívicas, tendo assim um efeito mediado sobre o seu padrão de atuação política (Ibidem).

As instituições religiosas, contudo, não apenas contribuiriam para o desenvolvimento de habilidades cívicas, como também funcionariam como lugar de recrutamento e de estímulo para o engajamento político. Por meio de sua rede de contatos os indivíduos seriam recrutados para a participação. O envolvimento em igrejas traria também a exposição à conversas, à mensagens e a palpites políticos, mesmo em contextos institucionais que não tenham uma conexão direta com a política (Ibidem).

Aqui, como medida a ser testada entre afro-americanos, latinos e brancos, os autores utilizam a frequência à reuniões na igreja para discutir algum assunto político nacional ou local e a frequência com que o clérigo discute assuntos políticos no púlpito. A diferença encontrada entre católicos e protestantes em termos de recrutamento político e exposição à mensagens políticas é pequena se comparada com a prática de habilidades cívicas. Já entre afro-americanos e os outros dois grupos étnicos o mesmo não ocorre. Segundo os autores, por pertencerem a igrejas nas quais a estrutura interna nutre oportunidades para exercer habilidades politicamente relevantes, e por pertencerem a igrejas mais politizadas em que são expostos a estímulos, pedidos de participação e mensagens do púlpito acerca de assuntos políticos, os afro-americanos apresentam uma maior associação que os latinos e os brancos no tocante ao recrutamento político (Ibidem).

Paul Djupe e Tobin Grant (2001), partindo das afirmações desses autores a respeito do papel das instituições religiosas no desenvolvimento das habilidades cívicas e no recrutamento para o engajamento cívico, dedicam-se a analisar as formas como as instituições religiosas promovem a participação política nos Estados Unidos. Segundo esses pesquisadores, a religião e as igrejas têm mostrado um grande potencial para afetar a política americana. Diante disso, buscam em *Religious Institutions and Political Participation in America* (2001) avaliar diretamente os papéis que a religião pode desempenhar na promoção da participação política, para além do voto. Utilizando a mesma base de dados usada por Verba, Schlozman e Brady (1995) – Citizen Participation Study – e entendendo participação como comparecimento às urnas, trabalho de campanha, contato com autoridades governamentais, participação em protesto e em políticas comunitárias, os autores vão testar as sete hipóteses seguintes:

H1: Parishioners who are active in their churches will have a greater probability of participating in politics because of civic skill advantages.

H2: Parishioners who are recruited to politics by coreligionists will have a greater probability of participating in politics.

H3: Those with a clearer perception of the political orientations of the church will be more likely to participate in politics.

H4: Clergy-sponsored political meetings in church will increase the probability of a member participating in politics.

H5: Valuing religious activities more than political activities will decrease the probability of a person participating in politics.

H6: Viewing church activity as a way to have a political impact will increase the probability of participating in politics.

H7: Members of different religious traditions will differ in their probabilities of participating in politics. (DJUPE; GRANT, 2001, p. 305-308)

Inicialmente concordam com as evidências que atestam o papel fundamental dos recursos seculares na explicação da participação, porém também afirmam que os indivíduos religiosos não são politicamente ativos unicamente devido a tais recursos. Isso fica claro nos resultados que encontram, já que das sete hipóteses testadas apenas duas (H1 e H7) não se mostraram válidas. As instituições religiosas, desta forma, interferem na participação política de cinco formas: 1) os paroquianos que são recrutados para a política por correligionários têm maior probabilidade de participar; 2) aqueles com uma percepção clara das orientações políticas da igreja são mais propensos a ação política; 3) reuniões políticas patrocinadas pelo clero na igreja aumentam a possibilidade dos membros serem ativos politicamente; 4) dar mais valor as atividades religiosas do que às atividades políticas diminui a probabilidade de uma pessoa participar politicamente; e 5) a visualização da atividade da igreja como uma forma de impacto político aumenta a probabilidade de participação (Ibidem).

David E. Campbell, em *Acts of faith: Churches and political engagement* (2004), também parte de uma premissa semelhante à de Verba, Schlozman e Brady para pensar a relação entre participação política e religião, porém seu foco de pesquisa são os evangélicos protestantes brancos. Entendendo participação política tanto como comparecimento às urnas como participação não eleitoral, o autor busca verificar como o tempo gasto pelos evangélicos dos Estados Unidos em prol de suas igrejas prejudica a participação na comunidade maior e o engajamento político. Para Campbell, a igreja exige tanto tempo e energia de seus membros em suas atividades que sua participação em comunidades maiores e o seu engajamento político são prejudicados.

Porém, esse alto comprometimento de tempo que algumas igrejas pedem de seus membros não é o único foco do autor. Esse ainda busca entender como a rede social resultante da atividade religiosa contribui para uma ação política esporádica de seus membros. Uma vez que a participação em atividades da igreja reforça os contatos sociais, esses contatos poderiam ser utilizados esporadicamente para uma rápida e intensa mobilização. Segundo o autor, pode-se esperar dos evangélicos, então, uma atitude política quando seus valores morais forem ameaçados (CAMPBELL, 2004).

Já Michael Jones-Correa e David L. Leal, em *Political Participation: Does Religion Matter?* (2001) testam as hipóteses de Verba, Schlozman e Brady (1995) a respeito da relação entre religião e participação política entre os latinos americanos católicos. Os

pesquisadores buscam verificar se o argumento utilizado em *Voice and Equality* a respeito do baixo desenvolvimento de habilidades políticas de católicos se aplica a todos os membros desse segmento religioso, independentemente da etnia, bem como procuram identificar se essa teoria faz uma diferenciação satisfatória entre católicos e protestantes dentro do mesmo grupo étnico

Para tanto utilizam os dados do Latino National Political Survey (LNPS) dos anos 1989/1990, um *survey* cuja amostragem traz os três maiores grupos étnicos latinos na América: americanos mexicanos, cubanos e porto-riquenhos. Ao selecionarem variáveis eleitorais e não eleitorais desse banco de dados os autores não encontraram evidências que apoiem a hipótese de que os católicos dos grupos latinos abordados no LNPS são menos suscetíveis a serem ativos politicamente que os protestantes latinos. Assim, contrariando Verba, Schlozman e Brady (1995), os dados encontrados por Jones-Correa e Leal indicam que o catolicismo entre esses latinos não está associado com níveis reduzidos de participação, isto é, igrejas, tanto católicas quanto protestantes, oferecem um significativo encorajamento para o engajamento político.

Eric Patterson (2005), em seu *texto Religious Activity and Political Participation: The Brazilian and Chilean Cases*, focando no comportamento político, examina a relação entre organizações religiosas, engajamento político e participação política no Chile e no Brasil. O autor é motivado pela hipótese “different religions, different politics” (p. 1), que sugere que Protestantes e Católicos têm diferentes oportunidades de desenvolver habilidades cívicas, que podem ser utilizadas na política. Dito de outra forma, tal hipótese sugere que alguns grupos religiosos, devido a suas estruturas e atividades, são mais democráticos do que outros, já que fornecem aos seus membros maiores oportunidades de desenvolvimento de habilidades cívicas, fazendo com que tais religiosos sejam mais propícios a participar na política (PATTERSON, 2005).

Utilizando os dados do LatinoBarômetro de 2000, Patterson busca, então, verificar se a religião tem um impacto significativo no comportamento político dos indivíduos desses países, bem como identificar quais são os fatores que melhor explicam a participação no Brasil e no Chile. Tais países foram escolhidos com base em suas diferenças no tocante à recente expansão Protestante, o que possibilita contrastes políticos (Ibidem).

Recorrendo principalmente à teoria de Voluntarismo Cívico Verba, Schlozman e Brady (1995) o autor examina as teorias que afirmam que o envolvimento de cidadãos em organizações, como as igrejas e grupos religiosos, podem aumentar sua participação e interesse político. Segundo estas, os Protestantes ao contrário dos Católicos, desenvolvem um número de habilidades em suas igrejas que afetam sua participação política. Assim, Patterson separa em suas análises os indivíduos que participam em organizações religiosas daqueles da mesma filiação religiosa que não participam. Para medir o engajamento político

utiliza eficácia interna e interesse político, já para participação política utiliza três categorias: formas convencionais de comportamento político; formas menos convencionais ou de protesto político; e voto (Ibidem).

Como conclusão Patterson afirma que os Protestantes brasileiros e chilenos são muito mais propensos se envolver em organizações nas quais podem desenvolver habilidades do que os Católicos. Além disso, essas variáveis religiosas parecem aumentar a probabilidade dos Protestantes participarem em diversos comportamentos políticos. Sendo assim, segundo o autor, as igrejas Protestantes podem servir como catalisadores para a ação política, principalmente em sociedades com baixas taxas de educação e elevadas taxas de pobreza, fornecendo um mecanismo alternativo para as pessoas se engajarem na política. Embora os resultados não sugiram que os Protestantes são significativamente mais ativos politicamente do que os Católicos, mostram que os segmentos protestantes das populações brasileiras e chilenas parecem ser tão ativas quanto outros cidadãos em seus países, não sendo um obstáculo para a democracia (Ibidem).

Robert Putnam (1993; 2000) também teoriza a respeito da importância das instituições religiosas no desenvolvimento de habilidades cívicas, mas diferentemente de Verba, Schlozman e Brady (1995), o autor defende a relevância dessas instituições para a formação do capital social, entendido como o conjunto das conexões entre indivíduos por meio das quais as redes sociais e as normas de reciprocidade e confiança surgem. Destaca, então, a importância dos laços sociais e normas compartilhadas para o bem-estar social e para a eficiência econômica, por meio dos quais a sociedade civil promove diretamente capital social, que em troca facilita a participação política e o bom governo.

Putnam (2000) destaca, então, a importância das igrejas e outras organizações religiosas na formação desse capital social, afirmando que as igrejas protestantes americanas têm sido, através dos séculos, instituições sociais que têm promovido as bases organizacionais e psicológicas para uma variedade de movimentos sociais e políticos. Assim, as organizações baseadas na fé têm servido à vida civil não apenas promovendo suporte social para seus membros e serviços sociais para a comunidade maior, mas também inculcando valores morais, encorajando o altruísmo e fomentando o recrutamento cívico. Um exemplo disso seria a importância da igreja protestante nas comunidades afro-americanas. Segundo o autor, ao encorajar a mistura de assuntos religiosos e comunitários a tradição religiosa negra nos Estados Unidos faz com que as organizações baseadas na fé sejam centrais ao capital social e ao engajamento cívico nessas comunidades (PUTNAM, 2000).

Com base nessas pesquisas já é possível acompanhar os caminhos que estão sendo traçados pelos estudos recentes a respeito da relação entre organizações religiosas e comportamento político. Nota-se que a literatura não é consensual a respeito dessa relação

e seus efeitos. Enquanto autores como Verba, Schlozman e Brady apontam dessas instituições no desenvolvimento de habilidades cívicas e no aumento das taxas de participação, Paul A. Djupe e J. Tobin Grant defendem que, apesar da frequência à igreja estar relacionada com o comportamento político dos indivíduos, as habilidades cívicas adquiridas nessa instituição não potencializam o engajamento político. Putnam (1993; 2000), por sua vez, destaca a importância das instituições religiosas no desenvolvimento de habilidades cívicas por uma perspectiva diferente desses autores, focando na formação do capital social.

Questões metodológicas

A pesquisa, cujos resultados são apresentados no presente artigo, teve o seguinte problema central: existe uma relação significativa entre a participação em instituições e organizações religiosas e o comportamento político dos indivíduos brasileiros e argentinos? Para responder a essa pergunta fundamental testamos a hipótese de que entre os religiosos o ativismo religioso ou o *status* de praticante eleva o envolvimento em várias formas de participação política, mas de maneira diferente entre católicos e evangélicos (protestantes tradicionais e evangélicos pentecostais).

Essa afirmação provisória é derivada do estudo já citado de Verba, Schlozman e Brady (1995), que afirma a relevância das instituições religiosas sobre o desenvolvimento de habilidades cívicas dos seus membros. Além disso, essas instituições funcionariam como lugar de recrutamento e estímulo para o engajamento político, já que além de permitirem uma rede de contato por meio da qual os indivíduos são recrutados à participação, ainda permite aos seus fiéis a exposição a conversas e mensagens políticas. Esse mesmo estudo afirma que as igrejas católicas e protestantes diferem em diversas dimensões e que o tipo de igreja que o indivíduo faz parte afeta a aquisição de habilidades cívicas, resultando em diferenças comportamentais que podem estar ligadas às características organizacionais (Ibidem).

Diante disso, detalhando nossa hipótese, nossa expectativa era de que as instituições religiosas brasileiras e argentinas contribuíssem para a participação política dos indivíduos e que, devido às diversidades institucionais, a ação política dos católicos e evangélicos não se daria da mesma forma. Esperávamos encontrar essas diferenças tanto entre as denominações religiosas quanto entre os países, que apesar de contarem com uma colonização católica e uma explosão evangélica parecidas, encontram-se em níveis diferentes de laicidade.

Para a condução dos testes a base empírica selecionada foi o Latin American Public Project – American Barometer² (LAPOP). O banco de dados escolhido foi o de 2012, por conter um maior número de questões a respeito da temática religiosa. De acordo com as notas técnicas do LAPOP, foram realizadas no Brasil 1500 entrevista e na Argentina 1512. Para a construção de tal amostra o projeto utilizou um desenho probabilístico nacional considerando os adultos em idade de voto e a margem de erro estimada para o inquérito foi de ± 2.5 .

Uma vez que nosso objetivo fundamental é analisar a relação entre ativismo religioso e participação política, tratamos a religião em todas as análises como uma variável independente, pois é ela que supostamente causa efeito na dependente (participação). Assim, já que o número de variáveis analisadas é bastante amplo, tanto no campo das denominações religiosas, quanto das modalidades de participação política, escolhemos as variáveis que consideramos prioritárias.

Para mensurar a influência das instituições religiosas no comportamento político dos brasileiros e argentinos inserimos nas análises uma medida acerca do ativismo religioso dos indivíduos, obtido com a interrogação *Com que frequência o(a) sr./sra. vai à missa ou culto religioso?* Essa variável foi recodificada de duas formas diferentes, a primeira considerando como um indivíduo ativo religiosamente aquele que frequenta um culto religioso “mais de uma vez por semana” ou “uma vez por semana” e os não ativos o restante dos respondentes. A segunda recodificação foi feita de forma a separar os ativos e os não ativos dos principais segmentos religiosos, isto é, católico, protestante tradicional ou evangélico não pentecostal e evangélico pentecostal. A ideia aqui foi verificar o impacto da filiação religiosa, mas também da vinculação mais ativa a uma determinada religião no padrão de atuação política dos cidadãos.

Adicionalmente inserimos uma variável a respeito da participação em organizações religiosas - *Por favor, diga se o (a) sr./sra. assiste às reuniões de alguma organização religiosa?* – recodificada de forma a separar os que participam “pelo menos uma vez por semana” e “uma ou duas vezes ao mês” daqueles que não participam (assistem às reuniões “uma ou duas vezes ao ano”, ou “nunca”). A segunda recodificação foi feita também de forma a separar os ativos e os inativos de cada segmento religioso.

No terreno da participação procuramos selecionar variáveis que dizem respeito a uma ampla variedade de modalidades de participação e o mesmo processo de recodificação foi repetido. As variáveis são derivadas das seguintes perguntas: *O(A) sr./sra. votou nas*

² Conduzido pela Universidade de Vanderbilt, esse *survey* é rodado a cada dois anos, abrangendo atualmente 26 países, incluindo todos da América do Sul, do Norte, Central e o Caribe. Ao buscar medir valores e comportamentos democráticos esse projeto utiliza-se de uma metodologia rigorosa, empregando cuidadosamente amostras nacionais estratificadas e agrupadas.

últimas eleições presidenciais de 2010?; O(A) sr./sra. assistiu a alguma audiência pública na Câmara dos Vereadores nos últimos doze meses?; Por favor, diga se o (a) sr./sra. assiste às reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade?; Por favor, diga se o (a) sr./sra. assiste às reuniões de um partido ou movimento político? Nos últimos doze meses, o(a) sr./sra., participou de alguma manifestação ou protesto público?; E no último ano, o(a) sr./sra. participou em algum bloqueio de alguma rua ou espaço público como forma de protesto?; Nos últimos doze meses o(a) sr./sra assinou alguma petição (abaixo-assinado)? As variáveis que permitiam foram dicotomizada em “sim” e “não”, enquanto que nas demais combinamos de um lado as respostas “uma vez por semana” e “uma ou duas vezes ao mês” e, de outro, as alternativas “uma ou duas vezes ao ano” e “nunca”.

Para produzir, a partir desses dados amostrais, afirmações que sejam válidas para a população brasileira e argentina empregamos modelos multivariados com a inserção dos atributos sexo, idade e escolaridade. O modelo escolhido foi o de regressão logística ou binária, técnica que nos permitiu calcular as razões de possibilidade de o ativismo religioso influenciar no comportamento político dos indivíduos (POWERS; XIE, 2008).

Instituições Religiosas e Participação Política

Observando os coeficientes e exponenciais, podemos ver abaixo (Tabela 1) que frequentar cultos protestantes aumenta a probabilidade dos argentinos de participarem eleitoralmente em 70,2%. Já no caso do Brasil, vemos que o mesmo não se repete, haja vista que não temos associação com a participação eleitoral para nenhum grupo religioso.

Os números indicam, ainda, que ser ativo religiosamente aumenta em 69,5% as chances de um evangélico pentecostal e em 40,4% as de um protestante brasileiro participar de audiência pública na Câmara dos Vereadores. Já na Argentina, nenhum dos grupos religiosos apresentou associação com esta forma de participação política. O que também ocorre com a participação em associações de bairro e juntas de melhorias e participação em bloqueio de rua ou espaço público, variáveis que não apresentaram significância tanto entre argentinos quanto brasileiros.

Já no tocante à participação em manifestações e protestos públicos e assinaturas de petições, entre os argentinos temos que ser ativo religiosamente aumenta em 103,9% as chances de protestantes (e evangélicos tradicionais) e em 57,6% evangélicos pentecostais de ação política. Entre os brasileiros temos associação apenas entre os protestantes e a participação em manifestações e protestos públicos (52,4%).

Tabela 1. Participação Política e Frequência a Cultos e Missas						
	Argentina			Brasil		
	Católico	Protestante	Evangélico	Católico	Protestante	Evangélico
Participação Eleitoral	1,354	1,702*	1,373	1,282	1,112	1,100
Audiência Pública	1,204	1,406	1,118	,889	1,404*	1,695**
Associação de Bairro	1,360	1,438	1,191	1,219	1,262	1,262
Partido ou Movimento Político	2,362**	3,199**	1,704*	,956	1,209	1,437
Manifestação ou Protesto Público	,790	2,039**	1,576*	,729	1,524*	1,390
Assinatura de Petição	,936	1,807**	1,431*	1,012	1,215	1,152
Bloqueio de Rua ou Espaço Público	,590	,641	1,021	1,016	,694	1,043

Nota: Os valores discriminados na tabela representam o Expo (B). Variáveis de controle: sexo, idade e escolaridade. *<0,05; **<0,001

Como explicar essa ligação entre a participação em instituições religiosas e o comportamento político? Segundo Sidney Verba, Kay L. Schlozman e Henry E. Brady (1995) o envolvimento dos indivíduos em instituições religiosas pode aumentar o seu potencial para a atividade política de duas formas: primeiro, gerando oportunidades para a prática de habilidades cívicas; segundo, por meio do recrutamento e da exposição a estímulos políticos.

Segundo os autores, as igrejas promovem a chance de seus membros desenvolverem e praticarem habilidades cívicas, isto é, essas instituições oferecem oportunidade de adquirir habilidades organizacionais e de comunicação em contextos que não estão diretamente relacionados com a política. Tais habilidades permitem que seus membros vejam a atividade política de forma menos assustadora, tendo mais probabilidade de tomarem parte dela. Assim, as instituições religiosas funcionam de várias maneiras para aumentar a atividade do cidadão na política, contribuindo para o seu aprendizado de como ser um cidadão ativo (VERBA; SCHLOZMAN; BRANDY, 1995).

Contudo, essas instituições não contribuem apenas para o desenvolvimento das habilidades cívicas, elas também funcionam como um local de recrutamento e estímulo de engajamento político. Devido à rede de contatos construída nas igrejas e organizações religiosas, essas instituições permitem que os indivíduos sejam recrutados para a participação e convidados a se envolverem na ação política. Mas tal recrutamento não se dá

apenas por meio das redes de contato, pois não raras vezes as próprias instituições geram pedidos de participação (Ibidem).

Não é incomum dentro das instituições religiosas que a liderança convide seus membros a votar em um candidato particular ou a tomar uma determinada ação política. Tais palpites e discussões de assuntos políticos no púlpito fazem com que os seus membros sejam expostos a mensagens, tópicos e discussões políticas. Isso, segundo os autores, interfere e contribui para a participação dos indivíduos, aumentando suas chances de ação política (Ibidem).

Os argumentos de Robert Putnam (1993, 2000) reiteram a importância da igreja e das instituições religiosas no desenvolvimento de habilidades cívicas. Ao defender a relevância dessas instituições para a formação do capital social, que facilita a participação política, o autor afirma que as igrejas americanas têm funcionado como instituições sociais, promovendo as bases organizacionais e psicológicas para movimentos sociais e políticos, mas não apenas isso, têm inculcado valores morais, encorajado o altruísmo e fomentado o recrutamento cívico.

Até o momento nossos dados apontam para uma associação entre ativismo religioso e a participação política nos dois países aqui abordados, mostrando-se mais recorrente na Argentina. Mas por que este país apresentou números maiores de relações? Seria em razão da relação oficial entre Estado e Igreja? Para respondermos a estas perguntas, agora verificaremos se o mesmo ocorre com a participação em organizações religiosas, nos detendo às semelhanças e diferenças entre os grupos religiosos aqui abordados.

Ao observarmos os resultados (Tabela 2) podemos afirmar que, na Argentina, participar em organizações religiosas católicas aumenta em 63% a probabilidade de um indivíduo participar em associações de bairro. Já no caso brasileiro, participar em organizações religiosas aumenta em 28,5% a probabilidade de um católico votar, em 45% a de participar de associações de bairro e diminui em 32,8% a chance de um indivíduo participar de alguma manifestação ou protesto público.

Participar em organizações religiosas protestantes aumenta as chances dos religiosos argentinos de participar em quatro das sete modalidades de ação política aqui apresentadas, quais sejam participação eleitoral (53,9%), participação em associações de bairros e juntas de melhorias (89,2%), manifestação ou protestos públicos (73,8%) e assinatura de petição (46,2%). No Brasil, encontramos significância em participar em associações de bairro (55,7%), manifestação ou protesto público (46,0%) e em assinatura de petição (27,0%).

Tabela 2. Participação Política e Participação em Organizações Religiosas						
	Argentina			Brasil		
	Católico	Protestante	Evangélico	Católico	Protestante	Evangélico
Participação Eleitoral	1,222	1,539*	1,303	1,285*	1,153	1,149
Audiência Pública	1,321	1,610	1,229	,813	1,318	1,602*
Associação de Bairro	1,630*	1,892*	1,409	1,450*	1,557*	1,575*
Partido ou Movimento Político	1,071	1,650	1,113	,908	1,223	1,470
Manifestação ou Protesto Público	,746	1,738*	1,439*	,672**	1,460*	1,307
Assinatura de Petição	,772	1,462*	1,257	1,017	1,270*	1,201
Bloqueio de Rua ou Espaço Público	,954	1,170	1,387	,723	,480	,692

Nota: Os valores discriminados na tabela representam o Expo (B). Variáveis de controle: sexo, idade e escolaridade. * $<0,05$; ** $\leq,001$

Com base nos coeficientes e exponenciais podemos afirmar, ainda, que participar em organizações religiosas aumenta em 43,9% as chances de um evangélico pentecostal argentino de participar em manifestações ou protestos públicos e, no caso brasileiro, aumenta 60,2% as chances em audiência pública e em 57,5% a sua probabilidade de participar em uma associação de bairro ou juntas de melhorias.

Ao observarmos os efeitos das instituições religiosas tanto no comportamento político dos argentinos quanto dos brasileiros notamos que, em consonância com os achados de Verba, Schlozman e Brady (1995) para os Estados Unidos, o tipo de igreja e de organização religiosa que os indivíduos frequentam importa para a participação política, já que os evangélicos, aqui juntando protestantes e pentecostais, apresentam associações com um número maior de modalidades do que os católicos. Segundo os autores, isso ocorre porque diferentes igrejas promovem diferentes oportunidades de aquisição de habilidades cívicas e de contato com mensagens e discussões políticas.

Dada a relação histórica existente entre a Igreja Católica e o Estado argentino e brasileiro era de se esperar que essa instituição religiosa fosse a que mais contribuísse para o crescimento do engajamento político dos indivíduos. Isso, contudo, não ocorre. Apesar da participação em organizações católicas aumentar o engajamento em associações de bairros e juntas de melhorias em ambos os países, nossos dados demonstram que o ativismo católico também diminui a probabilidade de um indivíduo participar de alguma manifestação

ou protesto público. Uma explicação para esse fenômeno é a apresentada por Verba, Schlozman e Brady (1995), de que as igrejas católicas por serem instituições com uma hierarquia bem estabelecida e rígida proporcionam poucas oportunidades de desenvolvimento de habilidades cívicas.

Os católicos e os evangélicos diferenciam-se tanto em aspectos básicos da sua crença como na sua prática de fé, nos seus níveis de frequência a cultos, no tempo que dedicam a orações, na forma de verem o clero (PATTERSON, 2005). Com base nos resultados encontrados, podemos afirmar que estes segmentos religiosos diferem-se também em termos políticos. Contudo, a teoria dos autores aqui apontados não dá conta de explicar o motivo pelo qual ser católico praticante no Brasil parece produzir um efeito maior na ação política dos indivíduos do que o ser na Argentina, já que era de se esperar que neste país, devido à ligação entre Estado e Igreja, as instituições religiosas afetassem de forma mais intensa a participação dos indivíduos. Tal diferença poderia ser facilmente ignorada se comparada com a realidade americana, já que a colonização e desenvolvimento religioso se deram de outra forma, mas o que explicaria tal diferença entre estes dois países com colonização e predomínio católico?

Recorremos aos comentários de Burity (2011), de que a Igreja Católica no Brasil e na Argentina seguiram caminhos diferentes, para uma possível explicação. Segundo o autor, a Igreja Católica argentina foi considerada uma das mais conservadoras da América do Sul, assumindo uma postura de pouco envolvimento político. Dizer que o catolicismo argentino não possui histórico de uma participação ativa não condiz com a realidade, uma vez que algumas intervenções católicas ocorreram nos debates a respeito da legalização do aborto e do projeto legislativo de 2010 que defende o matrimônio entre pessoas do mesmo sexo.

Os atores católicos teriam se especializado em participar nos âmbitos do Estado para impedir a sanção de leis que ampliem o direito ao aborto, utilizando como argumentos não apenas o ponto de vista jurídico, como também os direitos humanos, apelando para a violação das mulheres, os direitos das crianças e o direito à vida. Contudo, este pouco envolvimento, marcado principalmente pelo relacionamento a longo prazo com o peronismo, oscilou ao longo do tempo e envolveu mais leigos do que o clero e a hierarquia católica (CARBONELLI; MOSQUEIRA; FELITTI, 2011).

Já o Brasil – visto como um dos mais ativos países católicos, no qual surgiu o movimento das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEB) (PATTERSON, 2005) – o catolicismo entrou em conflito com o Estado em diversos momentos. Tais conflitos podem ser identificados em vários momentos da história do país: na tradição do padroado, que subordinou a Igreja aos líderes estatais e às elites dominantes; quando a igreja envolveu-se com o ativismo cultural, sindicalização dos trabalhadores rurais e urbanos, e em sua oposição aberta ao regime militar, por meio da teologia da libertação e suas comunidades

de bases, assumindo não apenas um posicionamento crítico para com o modelo político-econômico deste regime como também assumindo um papel de porta-voz da população oprimida pelo governo (BURITY, 2011).

Como podemos ver o desenvolvimento histórico da Igreja Católica deu-se de forma diferenciada nestes dois países. Enquanto que com a Proclamação da República e a Constituinte de 1891 tem-se no Brasil um novo regime jurídico que, dentre outras coisas, trouxe a separação entre Igreja e Estado e a ampliação da liberdade religiosa a todos os cultos, fazendo com que a Igreja Católica lutasse por sua hegemonia, reivindicando uma “união” com o Estado (GIUMBELLI, 2002), na Argentina, apesar de o catolicismo não ser mais a única relação privilegiada entre Estado, sociedade e grupos religiosos, até hoje sua constituição assegura abertamente privilégios ao catolicismo: “El Gobierno federal sostiene el culto católico apostólico romano” (ORO; URETA, 2007, p. 288).

Já quanto aos evangélicos, principalmente os argentinos, foram os que apresentaram associações com um número maior de modalidades. Mais uma vez recorreremos à teoria de Verba, Schlozman e Brady (1995) e aos seus argumentos, segundo os quais, nos Estados Unidos, as igrejas protestantes por tenderem a ser menores, por permitirem uma maior participação dos seus membros na liturgia e por serem predominantemente organizadas em bases congregacionais e não hierárquicas propiciam a seus membros estruturas democráticas e maiores oportunidades de exercer habilidades cívicas que as igrejas católicas, o que contribui para uma maior ação política desse grupo.

Esses resultados chamam a atenção, uma vez que durante muitos anos os evangélicos deliberadamente ausentavam-se da política, devido a uma perspectiva escatológica, que fazia da participação política não só uma perda de tempo como um risco de contaminação (CORTEN, 1996), uma conduta pietista e de fuga do mundo. Essa cosmovisão ascética aponta para uma separação entre o céu e a terra que se projeta em diferentes áreas, sendo uma delas a política. Segundo Wynarczyk (2006), essa separação dividiu-se em duas espécies de posicionamentos: o dualismo negativo, no qual se defende a negação do mundo e a evasão política, visão que durante muito tempo regeu as atitudes evangélicas e que ainda perdura em algumas denominações; e o dualismo positivo, que entende a política como uma extensão da construção do Reino divino, posição que parece cada vez mais presente nas principais denominações evangélicas atuais.

Assim, apesar desta perspectiva escatológica de espera do retorno de Cristo fazer com que, durante muitos anos, os evangélicos se auto-excluíssem da política, nossos dados demonstram que atualmente as instituições evangélicas têm o potencial de aumentar a atividade política dos brasileiros. No Brasil as igrejas evangélicas são marcadas por uma imensa diversidade organizacional, teológica, litúrgica e política. Qualquer fiel pode fundar um novo templo, sem sair do mundo evangélico. As igrejas pentecostais se desenvolvem na

tradição dos pregadores leigos, de crentes que se distinguem por sua devoção e seu fervor (Freston, 1993). Essas, assim como as americanas, permitem uma maior participação de seus membros na liturgia, possibilitando uma participação anárquica ou plural da palavra. Como aponta André Corten (1995, p.62) “qualquer fiel pode pontuar o culto de um “aleluia” ou de um “glória a Deus” sonoro”.

O fato de nossos dados apontarem que frequentar a cultos ou organizações evangélicas aumenta as chances de um brasileiro participar em diferentes modalidades de ação política nos faz pensar que essa interação ocorrida durante os cultos pode estar servindo de oportunidade de desenvolvimento das habilidades cívicas necessárias para a ação política. Tal oportunidade somada às mensagens e palpites políticos dos líderes desse segmento religioso, bem conhecidas das últimas campanhas eleitorais, apesar de não surtirem efeito no comportamento eleitoral dos fiéis, têm influenciado a participação política dos evangélicos.

Cabe destacar que apesar das instituições evangélicas terem o potencial de aumentar a atividade política dos brasileiros, isto não se dá da mesma forma que na Argentina, cujo número de associações foi um pouco maior tanto para protestantes quanto para evangélicos pentecostais. Oro e Ureta (2007) apontam que a Argentina e Venezuela são os países menos evangélicos da América Latina, sendo assim, como explicar os dados encontrados? Alguns fatores históricos argentinos podem nos ajudar a entender essa diferença entre esses dois países.

Enquanto que no Brasil a separação Igreja-Estado é legalmente sustentada, e a liberdade e igualdade de cultos são asseguradas, na Argentina o catolicismo continua sendo a religião majoritária, abrindo espaço para que outras religiões disputem seu lugar hegemônico e lutem por seus direitos de culto. Tal processo no Brasil começou a ser vivenciado com a Proclamação da República, a qual aboliu as restrições para a participação política do Protestantismo - nivelado com outras religiões não-católicas, sendo permitido como culto doméstico ou particular. Na Argentina, ainda em 2009 os evangélicos continuam lutando por seu espaço, um exemplo disso é o projeto de uma nova lei de culto apresentado pela deputada Cynthia Hotton, projeto que apesar de levantar discussões no meio religioso, demonstra a insatisfação deste segmento com sua situação no cenário argentino (CARBONELLI; MOSQUEIRA; FELITTI, 2011).

Marostica (2000) aponta outra peculiaridade argentina, qual seja suas igrejas evangélicas se diferem das igrejas dos outros países da América Latina, isto porque o movimento evangélico neste país apresenta um alto nível de unidade, nível que não pode ser observado no Brasil. Tal unidade pode ser observada na mobilização massiva de crentes e pastores locais, ocorrida em setembro de 1993, contra uma proposta de lei de controle a religiões minoritárias, que estipulava que seriam inscritas no Ministério de Culto

apenas as religiões que tivessem pelo menos um dos seguintes requisitos: presença em, pelo menos, três províncias; ser a igreja oficial de algum país com o qual a Argentina mantém relações diplomáticas; ter pelo menos cinco mil membros; e existir no país por mais de cem anos; e na *Alianza Cristiana de Iglesias Evangélicas de la República Argentina* (ACIERA), que atualmente é considerada a federação de igrejas evangélicas mais importante da Argentina, contando com mais de mil igrejas, de diferentes denominações, em todo o país e que já pronunciou-se publicamente a respeito de diferentes assuntos, sendo um deles o aborto, assumindo uma postura crítica frente aos projetos de leis e atitudes governamentais que tentam legalizá-lo. Além disso, em setembro de 2008, a Junta Diretiva da ACIERA impulsionou a formação de ONGs que defendam valores cristãos em temas de Bioética, ampliando sua participação, enfatizando em seminários de formação para as igrejas e o trabalho pastoral por meio de capelanias em hospitais (CARBONELLI; MOSQUEIRA; FELITTI, 2011).

Diferindo, então, das ações políticas brasileiras focadas principalmente no comportamento eleitoral, a participação política dos evangélicos na Argentina, se concentra na luta contra a desigualdade religiosa, na busca por reconhecimento por parte do Estado argentino e em um viés territorial que constitui sua via de acesso à dinâmica política dos setores populares. A particularidade da participação política evangélica estaria, assim, no trabalho realizado sob o laço representativo e no plano estratégico, com o abandono da proposta de formação de partidos confessionais e a aposta na inserção nas estruturas partidárias seculares (CARBONELLI, 2012).

Considerações Finais

Apesar da dificuldade de encontrarmos literatura brasileira e argentina que trate especificamente do comportamento político e sua relação com a religião e da escassez de perguntas a respeito da religião nos *surveys*³ conseguimos encontrar circunstâncias diferentes das observadas em outros estudos e esperamos que os resultados deste artigo venham a contribuir para a compreensão da participação e da política contemporânea.

Apesar do foco principal dos pesquisadores brasileiros ainda estar na inserção dos grupos religiosos, principalmente dos evangélicos, na política eleitoral e partidária, e dos pesquisadores argentinos nos evangélicos e sua relação com o catolicismo, com os movimentos sociais e com os partidos confessionais, vimos neste artigo que se quisermos realmente entender a influência e a presença da religião na política destes países

³ Infelizmente, as questões que dizem respeito às crenças e valores religiosos dos indivíduos ainda são precárias nos principais questionários de opinião pública aplicados no Brasil e na Argentina

precisamos ampliar nossos horizontes, pois tal fenômeno é muito mais complexo e envolve mais elementos do que apenas a questão do voto e dos movimentos sociais.

Nossos resultados demonstraram o quanto o estudo do fenômeno religioso ainda tem a contribuir para o entendimento da participação política dos indivíduos, já que nos permitem inferir que na Argentina e no Brasil as instituições religiosas têm um importante papel na participação política dos indivíduos, uma vez que os indivíduos ativos religiosamente são suscetíveis a diferentes modalidades de ação política. Como vimos, as igrejas e organizações religiosas têm contribuído para a formação de habilidades cívicas e para a discussão de assuntos políticos, elementos que contribuem para o engajamento político dos indivíduos.

Vimos neste artigo que a nossa hipótese está correta, isto é, que entre os religiosos o ativismo religioso ou o *status* de praticante eleva o envolvimento na participação política. Vimos também que devido a questões organizacionais os efeitos da participação em instituições religiosas é diferente entre católicos e evangélicos. Mas não apenas isto, observamos diferenças nos resultados encontrados dos dois países, quais sejam participar em instituições católicas brasileiras parece ter mais impacto sobre o comportamento político dos indivíduos do que participar nas argentinas. Já no caso dos evangélicos o contrário acontece, dado que um maior número de associações significativas foi encontrado entre os evangélicos argentinos.

Nossa pesquisa trouxe novas dúvidas e indagações que escapam do escopo de pesquisa definido neste artigo, mas que dada a considerável escassez de estudos a respeito do relacionamento entre religião e comportamento político no Brasil e na Argentina, seriam relevante abordá-las. Assim, novos estudos se mostram necessários se quisermos nos aprofundar no assunto e se quisermos entender mais afundo os efeitos do ativismo religioso na participação política dos indivíduos.

Referências

BURITY, J. A.; Republicanismo e o crescimento do papel público das religiões comparando Brasil e Argentina. **Contemporânea**. n.1, p.199-227, jan./jun.2011.

CAMPBELL, D. E. Acts of faith: Churches and political engagement. **Political Behavior**, 26(2), 155-180, 2004.

CARBONELLI, M. Ciencias Sociales, evangélicos y política. Una lectura sobre la producción científica acerca de la participación política evangélica en la vida democrática argentina (1983-2010). **Revista Cultura y Religión**, v. V, n. 2, p. 96–116, 2011.

CARBONELLI, M. En el evangelio y en el partido: trayectorias políticas de pastores en el Gran Buenos Aires. **Revista Colombiana de Antropología**, v. 48, n. 2, p. 89–113, 2012.

CARBONELLI, M. Pan y palabras. La inserción evangélica en la gestión pública en Argentina. **Religião & Sociedade**, v. 35, n. 2, p. 73–95, dez. 2015.

CARBONELLI, M.; MOSQUEIRA, M. A.; FELITTI, K. Religión, sexualidad y política en la Argentina: intervenciones católicas y evangélicas entorno al aborto y el matrimonio igualitario. **Revista del Centro de Investigación**, v. 9, n. 36, p. 25–43, 2011.

CORTEN, A. **Os pobres e o Espírito Santo**: O pentecostalismo no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1996.

DJUPE, P. A., GRANT, T. Religious institutions and political participation in America. **Journal of Scientific Study of Religion**, 40(2), 302-314, 2001.

FRESTON, P. **Protestantes e Política no Brasil**: Da Constituinte ao Impeachment. Tese de Doutorado. Campinas: 1993.

GIUMBELLU, E. **O fim da religião**: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França. São Paulo: Attar Editorial, 2002. (Coleção de Antropologia – Movimentos Religiosos no Mundo Contemporâneo).

GUIGOU, N. Religión y Política en el Uruguay. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**. vol.6, no. 2, p. 43-54, jul.-dez., 2006

JONES-CORREA, M., LEALL, D. Political participation: Does religion matter? **Political Research Quarterly**, 4, 751-770, 2001.

MAROSTICA, M. La nueva política Evangélica: el movimiento Evangélico y el complot Católico en la Argentina. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, v. 2, n. 2, p. 11–30, 2000.

ORO, A. P.; URETA, M. Religião e política na América Latina: Uma análise da legislação dos países. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n.27, p.281-310, jan./jun.2007.

PATTERSON, E. Religious Activity and Political Participation: The Brazilian and Chilean Cases. **Latin American Politics and Society**, v. 47, n. 1, p. 1–29, 2005.

POWERS, D. I.; XIE, Y.. **Statistical Methods for Categorical Data Analysis**. 2a.ed. Emerald Group Publishing Ltd, 2008.

PUTNAM, R. **Making Democracy Work**: Civic Traditions in Modern Italy. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993.

_____. **Bowling Alone**: The Collapse and Revival on American Community. Ney York: Simon & Schuster, 2000.

RIVERA, P. B. Religião e política no Peru pós-Fujimori. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**. vol.6, no. 2, p. 55-75, jul.-dez., 2006.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. **Voice and Equality**: Civic Volunteerism in American Politics. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.

WYNARCZYK, H. Los Evangélicos y la Política en la Argentina. **Boletín de Lecturas Sociales Y Economicas**, n. 31, p. 52–66, 2007.

WYNARCZYK, H. Partidos políticos evangélicos conservadores bíblicos en la Argentina. **Civitas** - Revista de Ciências Sociais, v. 6, n. 2, p. 11–41, 2006.